

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA****NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e**

RPS Nº 1477, emitido em 01/06/2023

20230601010688529000101

Número da Nota

00001477

Data e Hora de Emissão

01/06/2023 16:35:52

Código de Verificação

5D8D-ULKW**PRESTADOR DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **20.390.376/0001-67**Inscrição Municipal: **4.986.681-8**Nome/Razão Social: **CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA.**Endereço: **R SAINT HILAIRE 194 - JARDIM PAULISTA - CEP: 01423-040**Município: **São Paulo**UF: **SP****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome/Razão Social: **FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE**CPF/CNPJ: **121.337.283-68**Inscrição Municipal: **----**Endereço: **PC dos Três Poderes IV , Gabinete 219 - Zona Cívico-Administrativa - CEP: 70160-900**Município: **Brasília**UF: **DF**E-mail: **----****INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **----**Nome/Razão Social: **----****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Relações com a imprensa e consultoria estratégica;
Desenvolvimento da estratégia de posicionamento;
Definição de planejamentos de comunicação;
Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas;
Gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades;

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO ITAÚ

AGÊNCIA: 3100

C/C: 24614-3

CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 8.666,66

INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-

Código do Serviço

03115 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista.

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	8.666,66	5,00%	433,33	0,00

Município da Prestação do Serviço	Número Inscrição da Obra	Valor Aproximado dos Tributos / Fonte
-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Estabelecimento impedido de recolher o ICMS/ISS pelo Simples Nacional, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 123, de 2006.; (3) Esta NFS-e substitui o RPS Nº 1477, emitido em 01/06/2023;

RECIBO

Declaro para os devidos fins, como representante legal da Caravelas Consultoria e Comunicação Ltda – EPP, CNPJ nº 20.390.376/0001-67, que recebemos de FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE, R\$ 8.666,66 (oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), referente à prestação de relações com a imprensa e consultoria estratégica; desenvolvimento da estratégia de posicionamento; definição de planejamento de comunicação; Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas; gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades, conforme nota fiscal nº 1477.



Luiz Otávio Bueno Cabral

Sócio Proprietário



Danilo Forte
Relatório - Maio/23

Relatório de atividades- Danilo Forte

Em maio, atuamos no trabalho de relações públicas do deputado Danilo Forte (União-CE), com foco em aumentar a exposição da atuação parlamentar junto à imprensa nacional e local. Assim, realizamos os seguintes serviços:

- **Assessoria de Imprensa:** realização de conversas de relacionamento, elaboração de releases e artigos, agendamento de entrevistas e monitoramento do noticiário.
- **Comunicação estratégica:** elaboração de notas de bastidor e interlocução com os principais veículos de comunicação do país.
- **Atendimento:** disponibilização de uma coordenação e profissionais para atendimento integral do cliente, presencial e à distância.

Neste mês, conseguimos dar destaque na imprensa nacional aos projetos apresentados pelo cliente na Câmara dos Deputados, além de auxiliarmos na elaboração de conteúdo para redes sociais.

Dados de mídia

- **Valoração das matérias:** R\$ 16.046.095
- **Total de notícias:** 1.525

Fonte: Knewin PR



DESTAQUES NA IMPRENSA

O GLOBO



Lauro Jardim

Informações exclusivas sobre política, economia, negócios, esporte, cultura

CPI das Apostas: Torcedor do Ceará, deputado pede convocação de ex-jogadores do clube

Por Rodrigo Castro

23/05/2023 15h29 - Atualizado há uma semana



Torcedor do Ceará, o deputado **Danilo Forte** (União Brasil-CE) protocolou ontem um requerimento para convocar dois ex-jogadores de seu time do coração para depor à CPI das Apostas. O parlamentar inclusive já foi homenageado pelo clube e recebeu o título de sócio proprietário contribuinte.

Comissão aprova medida provisória que esvazia Meio Ambiente

Parecer também tira atribuições dos ministérios dos Povos Indígenas e do Desenvolvimento Agrário

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Rêgo, Valor
24/03/2023 (2h17) - Atualizado há uma semana



A aprovação ocorreu de forma expressa por 15 votos a 3, e com a rejeição de todas as emendas em uma única votação, apesar dos protestos do deputado Danilo Forte (União-CE) contra a extinção da Funasa. Os deputados do PT criticaram o esvaziamento dos ministérios, mas permitiram a rejeição em bloco das emendas por orientação do governo.

o antagon!sta

Caso Vini Jr.: deputado apresenta moção de repúdio na CPI das Apostas

Atacante é vítima de ataques racistas em partidas na Espanha desde 2021; governo brasileiro e MP espanhol interviram nesta semana

O deputado **Danilo Forte** (União Brasil) apresentou uma moção de repúdio aos episódios de racismo contra o atacante **Vinicius Jr.** (foto) durante sessão na **CPI das Apostas Esportivas** nesta terça-feira (23).

"Lamentamos o ocorrido e destacando a nossa indignação e o nosso comprometimento no combate ao crime de racismo, afirmando que iremos cobrar das autoridades governamentais a Federação Internacional de Futebol (Fifa), a Federação Espanhola e LaLiga a tomada de providências necessária, a fim de punir os perpetradores desses atos vergonhosos, discriminatórios e nocivos a toda a sociedade", afirma o deputado na moção.



Brasil

As fortes críticas de líderes do União Brasil a Lula e seu governo

Um dos maiores do Congresso, o partido já votou contra o Planalto apesar de comandar três ministérios na Esplanada

Prestes a completar cinco meses, o governo **Luiz Inácio Lula da Silva** enfrenta muitas dificuldades para unificar a base aliada e garantir o apoio necessário no Congresso. Reportagem da edição de VEJA desta semana mostra como o **União Brasil** — um dos maiores partidos na Câmara e detentor, em tese, de três ministérios — dá sinais incertos sobre o futuro do casamento com o petista.

Entre as principais queixas estão as divergências programáticas, algo que ficou evidente na primeira votação importante para o governo — o União votou de forma unânime para derrubar os decretos de Lula que alteravam o Marco Legal do Saneamento. “A bancada tem majoritariamente uma formação reformista e liberal. Votamos o marco do saneamento, a desoneração dos impostos federais sobre os combustíveis. E o governo não tem a capacidade de diálogo pra ter essa compreensão, mas vai ter que ter”, afirma **Danilo Forte** (União-CE).

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Deputado da União Brasil diz que Lula faz 'bullying' com partido

Presidente chamou o ex-prefeito de Salvador ACM Neto, uma das lideranças da legenda, de 'grampinho'



O deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) diz que o presidente [Lula](#) (PT) tem feito bullying com o partido, teoricamente aliado do governo.

Ele se referia ao [discurso do petista](#) em que ele chamou o ex-prefeito de Salvador [ACM Neto](#), um dos principais caciques do União, de ["grampinho"](#).

O apelido é referência a um escândalo que envolveu o ex-senador Antônio Carlos Magalhães, morto em 2007. Avô de ACM Neto, ele foi investigado por supostamente comandar um esquema de grampos telefônicos ilegais na Bahia. "Isso é muito bom para alguém que precisa de voto. É, no mínimo, bullying", ironiza Danilo Forte.

A União Brasil tem três ministérios no governo Lula: Comunicações, Integração Nacional e Turismo. Apesar disso, parte da bancada, mais alinhada ao bolsonarismo, tem votado contra pautas de interesse do governo no [Congresso Nacional](#).



Relator recusa emenda de conselhos em agências reguladoras

Proposta de Danilo Forte (União-CE) criava colegiados temáticos para definir normas; relatório fala em inconstitucionalidade.

O deputado Isnáldo Bulhões (MDB-AL), relator da MP 1.154 de 2023, que reorganiza a estrutura do governo, rejeitou a emenda do também deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) que criava conselhos temáticos em agências reguladoras para definir normas em cada área. A proposta foi criticada no setor pela análise de que poderia provocar um esvaziamento das agências reguladoras.

O parecer de Bulhões fala em inconstitucionalidade da emenda aprovada por Forte. "[...] o texto da emenda não guarda relação com a matéria tratada pela Medida Provisória, nem busca solucionar os mesmos problemas jurídicos, sociais, econômicos visados pela MPV, sendo, portanto, inconstitucional", afirma o relatório. Eis a [íntegra](#) do documento (914 KB).

Danilo Forte questionou a suposta inconstitucionalidade indicada no parecer durante sessão da comissão mista da MP em que o relatório foi apresentado nesta 3ª feira (23.mai.2023). "Na emenda 54 -que regulamenta e cria uma inovação em relação às agências reguladoras-, não pode ser ignorada como inconstitucional e no mesmo texto do relatório, ele dizer que modificar a ANA é constitucional. [...] Isso é uma aberração, uma incoerência", afirmou.

Regulação em xeque – a equivocada proposta de controle sobre agências reguladoras

Supressão dos poderes das agências pretendida por emenda à Medida Provisória 1.154/23 põe em risco todo o modelo regulatório brasileiro

O Brasil tem uma história mal resolvida com as agências reguladoras. Não que elas sejam exatamente novas – a Bolsa Oficial do Café, por exemplo, já em 1914 tinha como função estabelecer as “normas reguladoras” das operações de comércio do café. Mas, desde o movimento de institucionalização de setores regulados, implantado na década de 90 do século passado, as agências criadas naquele momento vivem em constante ataque, independentemente de qual corrente ideológica esteja ocupando o poder. Recentemente, por exemplo, o governo Dória, em São Paulo, chegou a editar um projeto de lei que reduzia drasticamente o poder das agências estaduais, mas acabou capitulando diante das críticas recebidas.

Agora, no lumiar de um novo governo federal, emenda apresentada pelo deputado Danilo Forte (União/CE) à Medida Provisória 1.154/23 (de organização administrativa) traz mais um ataque ao modelo regulatório. Em suma, a emenda propõe duas medidas: formação de um conselho composto, além das agências, pelos Ministérios, pelos consumidores e pela “academia”, que ficaria responsável pela edição de normas no âmbito de cada uma das diversas agências federais; e, também, a atribuição a um “órgão administrativo julgador independente” (não detalhado) da competência de decidir os processos do contencioso administrativo das agências.

Na prática, a proposta tem objetivo muito claro: diminuir a autonomia e a independência das agências reguladoras, dois dos principais pilares da regulação econômica. Afinal, retirar o poder normativo e o poder decisório das agências acabaria por transformá-las em instâncias meramente burocráticas, que serviriam apenas à instrução de processos e normas. A última palavra caberia sempre a outras instâncias – o conselho, no aspecto normativo, e o tal órgão julgador independente, no aspecto decisório.

o antagon!sta



Fora do PL das Fake News, Discord pode virar tema de audiência na Câmara

Lei proposta não se aplicaria a plataformas de jogos e aplicativos de reuniões fechadas por vídeo ou voz; texto segue pendente de votação

O deputado **Danilo Forte** (União-CE, foto) apresentou requerimento para convidar o representante legal da plataforma **Discord** a prestar esclarecimentos à **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** da Câmara. O motivo é a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos de extrema violência veiculados pela plataforma.

'Cadeia para quem roubou a paixão do povo brasileiro', diz Danilo Forte em CPI das Apostas

Escrito por Redação / Tue May 30 21:08:23 BRT 2023. Atualizado às 21:25

CPI já identificou fraudes nos campeonatos de 2023

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Apostas Esportivas recebeu, nesta terça-feira (30), o presidente do Vila Nova Futebol Clube, Hugo Jorge Bravo, e integrantes do Ministério Público de Goiás, o procurador-geral de justiça Cyro Terra e o promotor Fernando Cesconetto, convocados a partir de requerimentos. Bravo e Cesconetto tiveram presenças solicitadas pelo deputado federal Danilo Forte (União-CE).

Forte pontuou a necessidade de agir com pulso firme em relação aos envolvidos nos esquemas de manipulação das partidas de futebol.

"A gente tem que sair daqui com duas coisas: ação punitiva, criminal, cadeia para quem roubou a paixão do povo brasileiro e também com uma legislação em relação aos outros segmentos", disse.

Um olhar sincero para o futebol foi ainda estabelecido pelo parlamentar. "Precisamos dar transparência ao futebol e fortalecer na grandeza do que é o amor do povo brasileiro ao futebol", concluiu.

GAZETA DO POVO

Governo deve ceder ao agro e ao Centrão na MP da reestruturação do governo

O principal embate ocorre sobre a MP que trata da reestruturação da Esplanada dos Ministérios e que possibilitou a criação de diversas pastas para o governo. O relator da matéria, o deputado Isinaldo Bulhões (MDB-AL) promoveu uma série de mudanças no texto, o que já tem provocado críticas por parte de integrantes do Planalto.

Entre as alterações, Bulhões pretende transferir o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda para o Banco Central, assim como era na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Apesar disso, o emedebista acatou o pedido do Planalto e manteve a extinção da Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

"Quem vai ser alijado são os pequenos municípios. Essa é a minha luta pela Funasa. É inconstitucional, uma autarquia [como a Funasa] só pode ser extinta por uma lei específica" defendeu o deputado Danilo Forte (União-CE).



Com três ministérios, União Brasil atrasa votação de MP que define estrutura da Esplanada e prejudica o governo

Manobra pode atrapalhar o governo Lula. Caso a MP não seja aprovada até 1º de junho, perderá sua validade, e o desenho ministerial deixado por Jair Bolsonaro voltará a vigorar

247 - Uma estratégia orquestrada pelos deputados do União Brasil, que controla três pastas no governo Lula, resultou no adiamento da votação da Medida Provisória que busca reestruturar os ministérios. De acordo com [reportagem](#) de O Globo, Danilo Forte (União-CE) e Kim Kataguiri (União-SP) lideraram o movimento, expressando suas discordâncias em relação a pontos fundamentais do parecer apresentado pelo relator do projeto, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), especialmente em relação à extensão da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).



Danilo Forte será o relator da LDO de 2024

Deputado do União Brasil foi escolhido por Arthur Lira para relatar lei que estabelece parâmetros para o Orçamento federal

O deputado federal [Danilo Forte](#) (União Brasil-CE) será o relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024. A indicação foi definida pelo presidente da Câmara, [Arthur Lira](#) (PP-PI). A LDO é responsável por estabelecer as bases da LOA (Lei Orçamentária Anual).

A LDO poderá amarrar o governo

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias quer diminuir discricionaridade do Executivo

19/05/2023 05:00 | Atualizado há 2 semanas

O projeto de arcabouço fiscal poderá significar para o governo Lula, na prática, um teto de gastos, mas agora por lei complementar, e não como matéria constitucional. A depender dos partidos que formam a maioria na Câmara, este será o caminho.

Um sinalizador nessa direção são as intenções do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). A LDO, como dispõe o projeto do arcabouço fiscal logo em seu artigo 2, estabelecerá "as diretrizes da política fiscal e as respectivas metas anuais para o resultado primário".

**PRÊMIO
EXECUTIVO
DE
Valor
2023**

**Cerimônia de premiação
e lançamento do anuário**

**19/06 no Hotel
Rosewood São Paulo**

exame.

O deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) será o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A indicação foi definida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e divulgada pela assessoria de Forte na manhã desta segunda-feira, 24.

Enviada ao **Congresso pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no dia 14 deste mês**, a LDO é responsável por estabelecer as bases para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).



Agências precisam prestar contas

Brasil pode se inspirar no modelo norte-americano, em que as agências são ligadas às comissões congressuais, escreve Danilo Forte

Danilo Forte

15.mai.2023 (segunda-feira) - 6h00

H

á pelo menos um ano temos debatido no Congresso Nacional e na arena pública mudanças no modelo regulatório brasileiro. A meta é única e clara: a busca pelo aperfeiçoamento dos órgãos para diminuir a concentração de poder político e econômico na mão de poucos indivíduos e grupos de interesse.



REDEVIDA

24/05/2023

FRENTE a FRENTE



- Convidado -
DANILO FORTE
(Deputado Federal)





PENALIDADE MÁXIMA

DELAÇÃO DO NINO PARAÍBA SOBRE MANIPULAÇÕES

JOGADA

12:01

JOGADA 1º TEMPO - PARTICIPE PELO NOSSO WHATSAPP (85) 91

Para visualizar mais conteúdos, acesse o
[LINK](#)

